



ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES (ASI) DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) RELACIONADOS AOS GRUPOS INDÍGENAS DO PARANÁ ENTRE AS DÉCADAS DE 60 A 90.

Beatriz Rosa do Carmo Silva (PIC/OBEDUC), Lucio Tadeu Mota (Orientador), e-mail: ltadeumota@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Artes e Letras/Maringá, PR.

Área de Avaliação História, Subárea: História Regional do Brasil.

Palavras Chave: ASI/FUNAI; História do Paraná; Povos Indígenas do Paraná.

Resumo

Entre os mecanismos de repressão e controle criados pela Ditadura Militar estava a ASI, que atuava como um órgão de espionagem, no interior das instituições públicas. Um exemplo foi a ASI instalada dentro da FUNAI, para averiguar os funcionários dos postos indígenas, representantes do movimento indigenista e lideranças dos povos originários. Com as ações da CNV foi permitido o acesso à documentação produzida pela ASI. O objetivo aqui é demonstrar os resultados da pesquisa desenvolvida com parte destes documentos da ASI/FUNAI, que tratam das terras e grupos indígenas do Paraná.

Introdução

A revista Caros Amigos (2007, p.168) aponta que Assessoria de Segurança e Informação (ASI) foi um órgão de caráter censor e de âmbito nacional, criado nos primeiros momentos da ditadura civil-militar brasileira, de 1964, com o intuito de espionar diversas instituições, afim de coibir ações dos chamados “subversivos” contra o governo vigente. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi uma das instituições governamentais que esteve sob controle da ASI neste período.

Através dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade foi possível ter contato com a documentação produzida, revelando a ação militar em todo o Brasil, no interior das áreas indígenas e nos segmentos e





instituições de apoio aos interesses dos povos indígenas. O Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) da UEM recebeu uma cópia da documentação da ASI/FUNAI, onde parte foi analisada e seus resultados expostos neste trabalho, a fim de, sistematizar os documentos, permitindo criar um novo acervo que possa servir de fonte para novas pesquisas na área da etno-história.

Métodos e Materiais

Para a realização destas análises utilizamos de uma metodologia que consiste na leitura do acervo de fontes e sistematização destas em planilhas que contenham dados sobre o documento, como: identificação do volume, número de páginas, páginas, órgão emissor, remetente, destinatário, sujeito do documento, tipologia, nomes citados no documento, terra indígena, etnia, localização, data, assunto e uma breve descrição do que se trata o documento.

A planilha foi assim organizada, de forma a sistematizar o conteúdo do acervo em um único documento que pudesse evidenciar aspectos mais importantes de cada documento analisado, deixando claro em que circunstâncias os indígenas paranaenses eram citados, evidenciando o protagonismo indígena. Também buscamos evidenciar de que maneira os mecanismos de repressão como a ASI em conjunto instituições como a FUNAI, num momento de governo ditatorial, as autoridades passaram a lidar com os povos indígenas e como estes agiram frente ao novo contexto.

Resultados e Discussões

O acervo total disponibilizado ao Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etnohistória (LAEE/UEM) pela Comissão Nacional da Verdade é composto por 1.042 volumes, organizado em 12 séries temáticas, que são, respectivamente: AEC, AGR, DAI, DCI, DTI, DTR, ECI, MRL, NRE, PJU, POI e PSS. Todavia, como descrito a seguir, o foco das análises se concentraram apenas em 8 dessas 12 séries.

Através das leituras observamos que os documentos excedem a delimitação temporal da Ditadura Civil-Militar brasileira, de 1964 a 1985.

Apesar de a ASI ter sido criada durante o governo militar, e fruto de sua busca por controle social, muitos documentos tem sua datação marca para além de 1985, ano que marca o fim do regime e início da redemocratização do Brasil. O documento mais antigo encontrado pertence a série DTR,





volume BR_AN_BSB_AA3_DTI_DTR_0149, e data de 1961, foi produzido antes mesmo da instauração do golpe. O documento mais recente encontra-se na série DCI), volumes BR_AN_BSB_AA3_DTI_DCI_0042 e BR_AN_BSB_AA3_DTI_DCI_0044, datam o ano de 1996, ou seja, onze anos após o fim da Ditadura Civil-Militar.

Dentro de cada série é possível observar assuntos comuns que interligam os documentos. Algumas tratam mais especificamente que questões de ordem burocrática e organização dos órgãos relacionados à FUNAI. É o caso das séries NRE e em menor medida o DCI, onde na série NRE o Paraná aparece como um polo de comercialização de madeira e na série DCI há uma predominância de documentos burocráticos que fazem referência há investimentos, ou ausência de dinheiro, para investimentos financeiros de diversos fins, dentro das comunidades indígenas do Paraná. Também evidencia trabalhos realizados por diversas entidades em apoio a causa indígena.

Outras apresentam assuntos mais pertinentes ao universo indígena, como as series AEC, AGR, ECI, MRL, PJU, POI. Na série AEC e AGR, o Paraná aparece, respectivamente, como um polo de comercialização de madeira e um estado com muitas irregularidades dentro da 4ªDR¹.

Nas séries seguintes encontramos uma predominância no que se refere a questão de terras. Na série Atuação na Causa Indígena – ECI predomina documentos sobre demarcações, posseiros e a luta indígena por sua terra e cultura. Em Missões Religiosas – MRL evidencia a grande atuação do CIMI² e imprensa jornalística em favor da luta indígena por suas terras, e a violência que sofriam devido essa disputa. A série POI apresenta documentos sem vinculação com a FUNAI que evidenciam as explorações de recursos naturais em terras indígenas e como estas explorações são prejudiciais. Por fim, a série PJU deixa claro a predominância de documentos de emissão tanto do MINTER/FUNAI³ como da imprensa jornalística acerca da luta indígena por seus direitos e suas terras.

Conclusões

As análises já realizadas evidenciaram uma atuação constante da ASI/FUNAI no território paranaense, nas terras e grupos indígenas do

¹ 4ª Delegacia Regional, que corresponde a todo estado do Paraná.

² Conselho Indigenista Missionário.

³ Ministério do Interior/Fundação Nacional do Índio.





Estado, durante o período da ditadura militar e décadas seguintes. Notamos também, que os documentos têm datações variadas, se concentrando nas décadas de 1970 a 1980, mas apresentando datações mais antigas que o próprio golpe Civil-Militar e demonstrando sua permanência mesmo nos anos marcados pelo processo de redemocratização do governo brasileiro.

Dentre o acervo, foram encontrados documentos oficiais – memorandos, ofícios - e não oficiais – cartas, dissertações – bem como documentos com origens diversas, sendo estes produzidos pela própria FUNAI e ASI ou sendo publicações em jornais, cartas enviadas as autoridades por grupos indígenas, comunicações feitas entre autoridades tutelares e delegacias, entre outros.

Assim como aborda a autora Manuela C. da Cunha (1992, p. 17) na introdução da obra História do Índios no Brasil, os anos 70 e 80 foram compostos por grandes obras e progresso do Brasil, onde as populações indígenas foram, uma vez mais, vistas como povos sem cultura ou história, apenas barreiras ao desenvolvimento.

A partir da análise do acervo reforçamos a tese do protagonismo indígena e a permanente luta um prol de seus direitos.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus orientadores Lucio Tadeu Mota e Eder da Silva Novak por terem me acompanhado e direcionado durante todo o trabalho que venho realizando. Agradeço ao Observatório da Educação Escolar Indígena no Paraná (OBEDUC) por ter financiado e dado credibilidade a esta pesquisa.

Referências

CUNHA, M. C. da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

ZELIC, M. REVISTA CAROS AMIGOS, 2007. **Comissão Nacional da Verdade e Povos indígenas: A Um Passo da Omissão**, 2014.

